

Uma Breve Introdução ao Estudo do Pacto (II)

Mauro F. Meister*

Este artigo propõe-se a continuar o estudo do pacto iniciado em artigo anterior publicado nesta revista.¹ O primeiro artigo tratou da parte histórica da doutrina e dos fundamentos exegéticos iniciais para o seu estabelecimento. Foi exposto o conceito de pacto dentro de uma perspectiva bíblico-teológica, relacionando-se o mesmo com a criação. Neste artigo nos concentraremos nos elementos constituintes do pacto da criação e nas questões pertinentes à continuidade desse pacto.

Na exposição anterior estabelecemos que o conceito mais apropriado de pacto é o de "um vínculo ou elo de amor, iniciado e administrado pelo Deus triúno com a sua criação, representada pelos nossos pais."² Ainda que a expressão *berith* (pacto) não apareça nos dois primeiros capítulos do Gênesis, no relato da criação, existe suficiente evidência escriturística e teológica para se dizer que na criação foi estabelecido um pacto, que tem sido chamado por alguns reformados de Pacto da Criação. Os autores mais recentes³ que expõem essa linha teológica advogam que esse pacto da criação foi continuado após a queda, tendo expressão no que a *Confissão de Fé de Westminster* (CFW)⁴ chama de Pacto da Graça ou, como preferem outros teólogos reformados, Pacto da Redenção.⁵ Vejamos, pois, esses dois aspectos: (a) os elementos constituintes do pacto da criação e, (b) a continuidade do pacto da criação no pacto da redenção.

I. Elementos do Pacto da Criação

Afirmamos no artigo anterior que o conceito do pacto da criação é sustentado por vários elementos presentes na narrativa de Gênesis 1 e 2. O seu conjunto forma o contexto para o desenvolvimento da doutrina do pacto: soberania, sustento, relacionamento, responsabilidade, bênçãos e maldições.⁶ Esses elementos, já brevemente definidos, podem agora ser desenvolvidos de forma mais ampla.

A. Soberania

Meredith Kline indica que as estruturas pactuais encontradas no antigo Oriente Próximo possuem elementos semelhantes aos citados acima.⁷ Os pactos feitos entre nações com o propósito de proteção mútua ou entre suseranos e vassalos (conquistadores e conquistados) apresentam características que podem ser encontradas na narrativa do Gênesis.⁸ A primeira delas é a figura do soberano, aquele que exerce o domínio sobre todas as coisas. Desde a declaração inicial da criação, *Elohim* é claramente aquele que tem o domínio, criando, ordenando, separando, determinando e estabelecendo a forma como a criação deveria ser e portar-se diante dele. A forma como o Gênesis relata a criação mostra ao leitor da narrativa que Deus independe de qualquer causa, conselho ou autoridade externa para realizar o seu trabalho soberano. O texto simplesmente pressupõe essa realidade: "No princípio criou Deus os céus e a terra." O apóstolo Paulo, refletindo sobre a obra redentora que Deus realiza através de seu Filho, exclama em Rm 11.33-36:

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão

insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!

O Criador chama os elementos à existência, determina seus papéis e então a realidade da sua criação é constatada na expressão "Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom" (Gn 1.31). Tudo o que ele fez enquadrou-se perfeitamente no papel para o qual foi criado.

Observando o desenvolvimento da narrativa da criação podemos ver a soberania absoluta de *Elohim*. A ênfase determinante de suas palavras é expressa com grande vigor pelo autor do Gênesis, em cada um dos dias do relato da criação. Em momento algum o autor tem a preocupação de falar das características do Criador ou mesmo de descrevê-lo. Sua soberania é descrita tão somente pelo que faz. Mais tarde, outros autores bíblicos, assim como também Moisés, o autor do Pentateuco, reconheceram e descreveram essa soberania e reinado de *Iavé Elohim* sobre todo o universo. Podemos conferir essa realidade tanto no Antigo como no Novo Testamento:

Ó SENHOR, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome! Pois expuseste nos céus a tua majestade (Sl 8.1).

Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som; no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo... (Sl 19.1-4a).

Reina o SENHOR. Revestiu-se de majestade; de poder se revestiu o SENHOR e se cingiu. Firmou o mundo, que não vacila. Desde a antigüidade está firme o teu trono; tu és desde a eternidade (Sl 93.1-2).

Nos céus, estabeleceu o SENHOR o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo (Sl 103.19).

O SENHOR é bom para todos, e as suas ternas misericórdias permeiam todas as suas obras. Todas as tuas obras te renderão graças, SENHOR; e os teus santos te bendirão. Falarão da glória do teu reino e confessarão o teu poder, para que aos filhos dos homens se façam notórios os teus poderosos feitos e a glória da majestade do teu reino. O teu reino é o de todos os séculos, e o teu domínio subsiste por todas as gerações. O SENHOR é fiel em todas as suas palavras e santo em todas as suas obras (Sl 145.9-13).

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez (Jo 1.1-3).

O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, sendo ele Senhor do céu e da terra, não habita em santuários feitos por mãos humanas. Nem é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse; pois ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais; de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação (At

17.24-26).

Este é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele (Cl 1.15-16).

Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas... (Hb 1.1-3).

Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas (Ap 4.11).

Todos esses textos da Escritura de alguma forma relacionam Deus, quer na pessoa do Pai ou do Filho, com a criação e o seu domínio sobre ela. Não existe absolutamente nada fora do seu controle, quer na criação, quer na redenção, quer nos que se aproximam dele, quer nos seus inimigos.

O relato da criação em Gênesis 1 e 2 não nos fala diretamente da motivação de *Elohim* para criar. Segundo a CFW (4.1), ele assim o fez "para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade." Podemos dizer que Deus criou como uma manifestação do seu ser. Ele é amor (1 Jo 4.8), e porque é amor, expressando aquilo que é, determinou criar tudo o que existe fora dele mesmo. Esse amor de Deus não se limita apenas ao mundo caído, carente de redenção.

B. Sustento

Da mesma forma como criou, na sua soberania e poder, *Elohim* também sustenta o que criou. Esse é um fator fundamental do Pacto da Criação. O pacto independe de quaisquer elementos externos para a sua sustentação, até mesmo do ser humano com quem Deus se relaciona. Deus estabelece o pacto e o sustenta. No texto de Hebreus 1.3 a segunda pessoa da Trindade, que é o resplendor da glória e a expressão exata do Ser de *Elohim*, é quem sustenta "todas as coisas pela palavra do seu poder." Na linguagem da *Confissão de Fé* essa sustentação é chamada de providência. Pois na sua providência, Deus, "o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor" (CFW 5.1).

C. Relacionamento

Além da soberania e do sustento, outro elemento fundamental no conceito bíblico do Pacto da Criação é o de relacionamento. Quando Deus criou todas as coisas no princípio, ele propôs-se a manter um relacionamento com a sua criação, estabelecendo assim um vínculo. Vimos anteriormente que um elemento essencial desse relacionamento está no fato de Deus ter criado o homem e a mulher à sua imagem e semelhança. Vimos que nessa imagem e semelhança estão incluídas as habilidades de comunicação e relacionamento e suas implicações tais como pensar, obedecer, discernir e fazer opções.

Deus, de forma singular, criou o homem e a mulher diferentes do restante de toda a criação. Ainda que ele tenha “falado” durante todo o processo de criação, é ao ser humano a quem ele se dirige de forma direta, verbal, abençoando e dando-lhe responsabilidades:

Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável (CFW 4.2).

Nisso Deus cria um vínculo, elo ou pacto, conforme a definição já dada para o termo *berith*: “um vínculo ou elo de amor, iniciado e administrado pelo Deus triúno com a sua criação, representada pelos nossos pais.” Ainda que Deus não necessite da companhia humana, ele determina criar e relacionar-se com a sua criação.

D. Responsabilidade

O quarto elemento fundamental da perspectiva pactual da criação é a responsabilidade. Ao criar o homem e a mulher à sua imagem e semelhança, *Elohim* os faz responsáveis diante das estipulações do pacto. Nossos primeiros pais, criados para a glória de Deus e a plena felicidade ao cumprir o papel estabelecido por ele, deveriam relacionar-se com total responsabilidade diante de seu Criador. Por isso, eles deveriam responder a tudo quanto o criador lhes colocasse à frente, cumprindo um papel singular: na qualidade de criaturas de *Elohim*, deveriam cuidar da criação que ele colocava diante deles e à sua disposição, e desenvolvê-la. Isso os fazia responsáveis diante do Criador no exercício de domínio e sujeição, no relacionamento com seus iguais e também no seu relacionamento com Deus.

E. Bênçãos e maldições

Diante dessa responsabilidade, aparecem como decorrências quase que naturais as bênçãos e também a maldição pactual. A narrativa histórica de Gênesis 1 nos mostra que, ao criar o homem (macho e fêmea) à sua imagem e semelhança, Deus o abençoou. O verso 28 do capítulo 1 narra o fato:

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.

Alguns elementos importantes merecem destaque. Primeiro, o fato de que Deus abençoou o homem e a mulher de forma única no contexto de todo o relato. Isso não traz à narrativa uma visão antropocêntrica, mas certamente revela o propósito do autor do texto, que era o de mostrar ao povo o papel central que *Elohim* havia reservado para o ser humano, dentro de sua criação, e que, assim sendo, a escravidão e o nível de vida em que estavam vivendo não correspondia ao padrão inicial estabelecido por Deus.

Segundo, a bênção de Deus é expressa nos verbos subseqüentes do texto de forma imperativa. Deus não só abençoa o homem com a fertilidade, mas ordena que, com essa bênção, ele cumpra o seu papel. Assim é também no multiplicar-se e no sujeitar e dominar o restante da criação. O povo de Israel devia entender o seu papel e as bênçãos reservadas por Deus para ele. Alguns teólogos bíblicos têm chamado esse papel do homem criado à imagem e semelhança de *Elohim*, o rei soberano sobre toda a criação, de

um papel “vice-gerencial.” Esse aspecto reforça ainda mais o conceito de responsabilidade citado acima. Sendo Deus o grande rei, ao homem criado à sua imagem e semelhança cabe a responsabilidade de cumprir a sua vontade debaixo da sua bênção pactual. Porém, o texto é muito claro na narrativa subsequente, o capítulo 2, em esclarecer que a irresponsabilidade traria a maldição sobre o ser humano, claramente descrita na CFW:

Além dessa [lei] escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas (CFW 4.2).

Ainda que o texto bíblico seja muito direto em descrever um ato específico de rebeldia que o homem não deveria praticar, o comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, depreende-se da narrativa que qualquer desobediência poderia causar uma quebra do relacionamento pactual estabelecido por *Elohim*. É certo que a narrativa não descreve nenhuma maldição específica para qualquer outro ato de desobediência, porém também é certo que a quebra do relacionamento está implícita, caso isso acontecesse. Isso nos leva à questão da maldição do pacto. Em Gênesis 2.17 lemos:

... mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

Anteriormente, *Elohim* havia declarado ao homem as diversas bênçãos condicionadas à obediência pactual. O relacionamento obediente da criatura para com o seu Criador resultaria em vida plena. A desobediência traria, de forma indubitável, o oposto à vida — a morte. A construção da sentença é enfática, sendo traduzida para o português como “certamente morrerás.” Seja qual tenha sido a língua em que *Iavé Elohim* tenha proclamado a maldição, o autor do texto deixa claro a seus leitores hebreus que a maldição era algo absoluto para aqueles que a ouviram. Não deveria existir qualquer sombra de dúvida quanto aos resultados da desobediência. Assim, de forma semelhante à que encontramos nos tratados do antigo Oriente Próximo, as bênçãos e a maldição do pacto são declaradas nos primeiros capítulos do livro do Gênesis.

Portanto, soberania, sustento, relacionamento, responsabilidade, bênçãos e maldições são elementos que compõem o pacto e são perceptíveis na narrativa da criação. De forma implícita, porém clara, podemos ver nesses elementos o plano de Deus para a sua criação de forma geral, e também, especificamente para o ser humano criado à sua imagem e semelhança. Nas palavras de Van Groningen:

Quando Deus faz uma aliança, ele não só estabelece um relacionamento entre ele mesmo e aqueles que refletem a sua imagem, mas ele usa esse relacionamento como um recurso administrativo. Deus leva adiante a sua vontade, o seu plano, o seu propósito na criação e na redenção. Ele sempre faz isso nesse relacionamento vivo de amor e, assim, a ligação amor-vida se torna a maneira e o caminho de Deus administrar tudo o que ele criou e, especialmente, mostra o que ele pretende fazer com a humanidade e em favor dela.⁹

O pacto como meio administrativo se afirma principalmente em três áreas, que são chamadas por Van Groningen de mandados.¹⁰ São esses os mandados espiritual, social e cultural. Cada um deles reflete uma área de relacionamento na esfera do pacto da criação: a relação Criador-criatura, familiar e indivíduo-sociedade. Os três mandados refletem a forma que o Criador estabeleceu para que a sua criação desenvolvesse o seu papel pleno e encontrasse no cumprimento desse papel a satisfação completa.

Obedecendo ao Criador o ser humano estaria desenvolvendo seu relacionamento com ele e sendo fiel ao pacto. Nisso o ser humano seria plenamente feliz e satisfeito.

Desenvolvendo o seu relacionamento familiar de forma adequada, o homem, a mulher e a sua semente estariam obedecendo a Deus e agradando-o, promovendo a sua felicidade mútua e contribuindo para o desenvolvimento cultural. Nisso seriam plenamente felizes e satisfeitos. Desenvolvendo o mandado cultural, o indivíduo e a família estariam obedecendo a Deus, cuidando daquilo que ele lhes havia dado como encargo no papel de vice-gerentes e promovendo a vida pactual em todos os limites do reino da criação.

Também nisso seriam plenamente felizes e satisfeitos. Como se pode observar, esses mandados são intimamente relacionados e intrinsecamente dependentes um do outro, fazendo parte do plano completo e perfeito de Deus para a sua criação e para o seu relacionamento com ela. Ao viver esses mandados de forma plena, o homem estaria cumprindo o seu objetivo principal, respondendo à primeira pergunta do *Catecismo Maior*: "O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre."¹¹

Que textos da narrativa da criação dão origem à formulação dos três mandados e a substanciam?

O *mandado espiritual* pode ser formulado com base na ordem direta de Deus em Gênesis 2.16-17:

E o SENHOR Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

Esse, porém, é apenas o aspecto mais direto do mandado. Apenas a obediência não representa o todo de um relacionamento, ainda que seja uma parte essencial do mesmo. O mandado é prescrito intrinsecamente na narrativa. A própria definição de pacto como relacionamento de vida e amor já vai além de simples obediência. O relacionamento obediente dos nossos primeiros pais deveria trazer conseqüências diretas para as suas vidas, como um todo. O laço de amor estabelecido pelo Criador deveria ser a cada dia mais visível e palpável à medida que a criatura exercesse seu papel no reino da criação. Todas as bênçãos anteriormente descritas deveriam estimular o ser humano ainda mais a buscar viver nessa intimidade proposta pelo Criador. O mandado espiritual é parte de um relacionamento de obediência e vida que deveria ser cultivado pela criatura, assim como foi estabelecido e cultivado pelo Criador, na sua fidelidade.

O *mandado social* está claramente estabelecido na narrativa da criação, nos seguintes textos:

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra (Gn 1.28).

A fecundidade e capacidade de multiplicação, duas bênçãos descritas nesse verso, eram também ordens diretas do Criador para aqueles que foram feitos à sua imagem e semelhança (...criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou – Gn 1.27).

Todo o contexto do capítulo dois (2.4-25), uma explicação do ocorrido no sexto dia do relato da criação, nos ensina que o homem e a mulher foram criados por Deus para o

auxílio mútuo, tendo sido a mulher criada a partir do homem. A narrativa diz que Adão reconheceu a mulher como tendo sido feita da sua essência ("osso dos meus ossos e carne da minha carne" – Gn 2.23), e o autor da narrativa comenta que, por essa razão,

deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne (v. 24).

Assim como o mandado espiritual, o mandado social deveria ser um desenvolvimento da aliança entre o homem e a mulher, um relacionamento a ser cultivado por ambos no contexto do casamento. Assim, num relacionamento íntimo com o Criador, o homem e a mulher desenvolveriam o mandado social. Assim entenderam os teólogos de Westminster:

O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza (CFW 24.2).

O terceiro mandado, *cultural*, pode ser visto nos seguintes textos:

... tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra (Gn 1.26).

... enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra (Gn 1.28).

Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar (Gn 2.15).

Segundo esses três textos, o homem criado por Deus tem em suas mãos as funções de domínio, sujeição e cultivo. No contexto da criação, isso implicaria em muito trabalho, nas mais diversas áreas. Ele deveria tomar tempo para cultivar o solo, exercer o domínio e, conseqüentemente, gozar e desfrutar do trabalho de suas mãos,¹² tudo isso em um ambiente de plena harmonia. Fazendo assim, também estaria obedecendo ao Criador que o havia criado e equipado para tais coisas. Portanto, o mandado cultural envolve as áreas do trabalho, política, ensino, tecnologia, lazer, etc. O ser humano criado à imagem e semelhança de Deus deveria, em um certo sentido, desenvolver a criação perfeita, representar o Criador e fazer cumprir a sua soberana vontade. Assim, o seu papel de vice-gerência seria cumprido sob as estipulações de vida e amor do pacto da criação.

No entanto, essa harmonia perfeita era dependente do comportamento do homem diante das estipulações do pacto.

II. A Continuidade do Pacto da Criação no Pacto da Redenção

O capítulo 3 de Gênesis introduz na narrativa um novo personagem individual – a serpente. O texto não explica a sua origem como tendo sido diferente de qualquer outro elemento da criação. Ela é uma criatura. No entanto, sabemos que ela é, nesse contexto, representante de outra criatura. Mais tarde, a Escritura irá revelar de forma clara quem estava sendo ali representado — Satanás (Ap. 12.9).

Como lemos no relato de Gênesis 3, o homem, tentado pela serpente, por sua própria decisão e sendo conhecedor da sua responsabilidade, deliberadamente desobedeceu ao Criador. *Elohim* não precisava, diante do contexto pactual, proclamar qualquer maldição pela desobediência. Ele já havia feito isso. O homem, portanto, quebrou o pacto de vida e amor estabelecido pelo Senhor. O pacto quebrado não é anulado. O homem não tinha qualquer condição de anular o pacto; antes, só podia submeter-se à realidade do mesmo, da bênção ou maldição que ele traria.

Pelo seu caráter imutável, *Elohim*, que havia estabelecido o pacto, o mantém. Portanto, o pacto seria levado adiante e a sua maldição seria aplicada aos que o quebraram. É nesse contexto que a narrativa introduz o que a teologia reformada denominou de Pacto da Redenção.

A lei de Deus, refletida nas bênçãos e na maldição, seria levada a cabo; porém, agora, com a presença da graça de Deus. A palavra graça, assim como a palavra pacto, não aparece em nenhum ponto da narrativa do capítulo 3 de Gênesis. Como podemos entender a graça no contexto de Gênesis 3? Pela situação e pelas palavras de *Iavé Elohim* ao homem, à mulher e à serpente. Passamos a explicar o conceito.

Uma vez que a desobediência foi consumada, o homem e a mulher sentiram-se envergonhados da sua nudez (v. 7):

Abriam-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram cintas para si.

A nudez aqui não representa somente o aspecto sexual, do qual eles também passaram a se envergonhar, mas a perda da inocência e transparência que tinham um para com o outro, como casal. Depois que os olhos de ambos se abriram, como a serpente havia indicado anteriormente (3.5), passaram a ver sua nudez como algo a ser usado para o mal. Não só a nudez do corpo, mas toda a intimidade e conhecimento mútuo passaram a ser elementos a serem usados para o mal, algo que anteriormente fugia da sua realidade. O que aconteceu, ainda que verdadeiro nas palavras da serpente — “se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal” — não trouxe o resultado prometido pela serpente. Serem conhecedores do bem e do mal não trouxe qualquer vantagem ao ser humano. Quando o mandado espiritual foi quebrado, o mandado social foi imediatamente prejudicado. O homem e a mulher estavam plenamente conscientes de que haviam quebrado o mandado espiritual e, quando perceberam a presença de *Iavé Elohim* no jardim, também por causa de sua nudez, dele se esconderam (v. 10):

...Ouvi a tua voz no jardim, e, porque estava nu, tive medo, e me escondi.

O seu relacionamento com o Criador também havia sido quebrado. O medo do Criador se instalou no coração do homem. Diante daquele com quem deveria existir plenitude de intimidade, o desenvolvimento de um laço de amor, o homem se esconde. Na verdade, o processo de morte, como quebra de relacionamento, já estava atuando sobre o homem e a mulher, e por isso eles quiseram esconder-se do Criador.

Porém, a graça de *Iavé Elohim* se manifesta quando este pergunta: “Onde estás?” O Deus soberano, criador, age para encontrar-se com a criatura pecadora. Deus não precisava sequer “voltar” ao jardim. Ele poderia deixar que a história humana se consumasse por si só, como história de morte total. Para entender esse raciocínio, devemos ter em mente que bênção e maldição são elementos opostos. O contrário da bênção é a maldição, e a

maldição implica na supressão da bênção. A bênção de *Iavé Elohim*, conforme descrita em Gênesis, era de fecundidade, multiplicação, domínio e sustento:

Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento ... (1.29). De toda árvore do jardim comerás livremente (2.16).

A supressão dessas bênçãos necessariamente resultaria em morte. Porém, ao falar com a serpente, com a mulher e com o homem, Deus traz uma nova realidade ao pacto da criação. Como podemos perceber isso?

Em primeiro lugar, Deus dirige-se à serpente. Sobre ela o Senhor proclama maldição, uma vez que não encontramos anteriormente no texto nenhuma provisão de punição para a serpente. A serpente entra na história e deliberadamente introduz a dúvida e a tentação para a mulher e, conseqüentemente, para o homem. A serpente, na verdade, opõe-se com suas palavras de maneira direta ao que o Senhor havia dito ao homem no capítulo 2. O autor do texto faz questão de deixar isso bem claro, usando em 3.4 o mesmo tipo de construção de 2.17 ("certamente morrerás" – "é certo que não morreréis").

Sua maldição consistiu na morte, que lhe sobreviria através do descendente da mulher (3.15):

Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.

A cabeça da serpente seria esmagada, trazendo-lhe a morte e destruição. Sua sentença estava proclamada pela sua oposição e interferência no pacto da criação. Ao proclamar essa sentença, o Senhor também deixa claro mais alguns aspectos muito importantes:

(a) Haveria inimizade entre a mulher e seus descendentes e a serpente. Isso fez parte da provisão de Deus para que o pacto pudesse ter continuidade. Tradicionalmente esse texto tem sido chamado de *proto-evangelho*. Apesar da desobediência, *Iavé Elohim* não desistiu de relacionar-se com a sua criação;

(b) A bênção do pacto não seria totalmente suprimida. Ainda que a morte fosse certa, Deus apresenta um elemento de continuidade. A mulher teria descendência, a fecundidade ainda seria uma realidade para o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus.

Essa realidade é confirmada quando Deus dirige-se à mulher. É importante observar que nenhuma maldição direta é proclamada. A maldição do pacto já havia sido instalada. As palavras de Deus em 3.16 representam, na verdade, uma mitigação da maldição:

E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará.

Sem entrar nos detalhes do texto (o que especificamente representam as dores do parto ou a vontade para o marido), o que podemos perceber, de forma inequívoca, é que a bênção da fecundidade e da multiplicação são confirmadas. Deus traz à mulher a esperança que havia se perdido no pecado. Ela ainda teria filhos. Ainda que essa não seja

uma interpretação comum do texto, que é sempre visto em termos exclusivos de maldição, não há como negar que, ao confirmar que a mulher ainda poderia dar à luz, o Senhor confirma a bênção de 1.28: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos...” Se entendêssemos o texto exclusivamente como uma maldição, o que não é dito explicitamente, teríamos que negar o princípio da bênção. Porém, quando olhamos para a maldição como supressão da bênção, e vemos aqui o Senhor confirmando a bênção da fecundidade — isto é, a mulher ainda teria filhos, apesar do pecado —, podemos ver a atuação da graça de Deus.

Em terceiro lugar, Deus se dirige ao homem:

E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás (Gn 3.17-19).

Ao falar com o homem, Deus amaldiçoa a terra que havia colocado sob sua responsabilidade. Esta produziria cardos e abrolhos, símbolos da dificuldade que o homem teria para tirar dela o sustento, um contraste com tudo que fora criado bom no contexto da criação. A maldição é pronunciada sobre a terra como consequência da desobediência (“maldita é a terra *por tua causa*”). Mais uma vez, nenhuma maldição direta é dirigida ao homem. A morte é confirmada como consequência da desobediência. No entanto, essa maldição sobre a terra, como no caso da serpente, traz uma mensagem de esperança. Ela confirma a bênção do pacto da criação: a vida humana teria continuidade, o sustento ainda seria possível, o mandado cultural ainda poderia ser cumprido e, conseqüentemente, o mandado social, pelo menos até que o homem tornasse ao pó.

Portanto, ler o texto apenas pela perspectiva da descontinuidade não parece o mais correto. Alguns autores referem-se a essa seqüência do texto como “maldições mitigadas,” ou seja, a aplicação da misericórdia e graça de Deus aos primeiros seres humanos. Diante da morte absoluta que já havia sido proclamada, Deus traz uma esperança de vida. Podemos ver, portanto, que o homem e a mulher recebem do Criador a esperança de vida diante da morte que já se instalara no seu meio como consequência da maldição do pacto da criação.

Confirmam esse ponto de vista as reações do homem e da mulher diante do que Deus havia dito. O autor do texto faz questão de registrar a maneira como o homem reagiu ao que Deus disse (v. 20):

E deu o homem o nome de Eva a sua mulher...

explicando a razão disso

... por ser a mãe de todos os seres humanos.

O nome da mulher, Eva, é derivado da raiz “vida” na língua hebraica. O homem reconheceu, depois da queda e das palavras de Deus a esse respeito, que sua mulher ainda seria mãe. Não só isso, a narrativa do capítulo 4 de Gênesis fala da reação de Eva

diante dos filhos que concebeu:

Coabitou o homem com Eva, sua mulher. Esta concebeu e deu à luz a Caim; então, disse: Adquiri um varão com o auxílio do SENHOR (4.1).

Tornou Adão a coabitar com sua mulher; e ela deu à luz um filho, a quem pôs o nome de Sete; porque, disse ela, Deus me concedeu outro descendente em lugar de Abel, que Caim matou (4.25).

Somando-se à promessa de descendência a maldição proclamada sobre a serpente, a continuidade no sustento e a conseqüente continuidade da vida, assim como as reações registradas de Adão e Eva, temos formulado, de forma seminal, o Pacto da Redenção. Essa doutrina reformada é esclarecida e desenvolvida no restante das Escrituras, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento.

Conclusão

No primeiro artigo sobre esse tema concluímos que existe base suficiente nas Escrituras para se falar de um Pacto da Criação, um pacto soberano, de amor e vida, estabelecido por Deus com a sua criação.

No presente artigo elaboramos a forma em que o pacto funciona como um meio administrativo pelo qual os relacionamentos entre Deus e o ser humano, entre os seres humanos, e entre o homem e o restante da criação deveriam se desenvolver. Os mandados são a expressão do pacto nessas três áreas.

Diante da queda, encontramos a manifestação da graça e misericórdia de Deus em dar provisão para que a maldição do pacto não fosse final sobre o homem, a mulher e toda a sua descendência. Não que Deus não cumpra o estabelecido no pacto. Ele mesmo provê para que o cumprimento da sua justiça se manifeste, amaldiçoando a serpente e determinando que o descendente da mulher participe desse processo.

Nesse contexto é esboçado o Pacto da Redenção, que possibilita, para a descendência escolhida, a continuidade do relacionamento de vida e amor estabelecido no Pacto da Criação.

Podemos, então, concluir que, se o pacto da redenção é um novo elemento dentro do pacto da criação, seu princípio, suas estipulações, seus mandados, assim como seu propósito original continuam para a raça humana e, de maneira especial, para a semente escolhida da qual viria a redenção final. A igreja de Jesus Cristo precisa estar consciente dessa realidade pactual para que possa bem cumprir o seu papel neste mundo. Muitas das questões práticas e dos dilemas morais e éticos que enfrentamos como povo de Deus no dia a dia são provenientes do fato de que os remidos, muitas vezes, não conhecem o seu papel social e cultural e, conseqüentemente, são omissos no desempenho do mandado espiritual. Como servos de Deus, é essencial entendermos que o pacto não é somente um registro do passado. Ele é a base para o legítimo envolvimento dos servos de Deus em todos os campos do conhecimento humano no presente. Nossa omissão face aos problemas enfrentados pelo mundo reflete a incompreensão de nosso papel cultural. Os mandados nos servem como princípios bíblicos sobre como o ser humano deve portar-se diante do casamento, da sociedade e, logicamente, diante de Deus. Desconhecê-los é deixar uma porta aberta ao erro. Para aprendermos sobre a vontade, o plano e as determinações de Deus para o ser humano em geral e para o cristão, é essencial

conhecermos e aplicarmos a teologia do pacto.

* O autor é ministro presbiteriano, mestre em Teologia Exegética do Antigo Testamento pelo Covenant Theological Seminary, nos Estados Unidos, e doutor em Línguas Semíticas (hebraico) pela Universidade de Stellenbosch, África do Sul. É coordenador do Departamento de Teologia Sistemática e professor na área de Antigo Testamento no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, em São Paulo.

¹ Mauro Meister, "Uma Breve Introdução ao Estudo do Pacto," *Fides Reformata* 3/1 (Jan-Jun 1998), 110-123.

² *Ibid.*, 119.

³ Mais recentemente, temos G. Van Groningen, *Revelação Messiânica no Velho Testamento* (Campinas: Luz Para o Caminho, 1995) e *Família da Aliança* (São Paulo: Cultura Cristã, 1997); O. Palmer Robertson, *O Cristo dos Pactos* (Campinas: LPC, 1997); W. J. Dumbrell, *Covenant and Creation: A Theology of Old Testament Covenants* (Grand Rapids: Baker, 1984), já citados no artigo anterior, e também Willem Van Gemeren, *The Progress of Redemption* (Grand Rapids: Zondervan, 1988).

⁴ *A Confissão de Fé, o Catecismo Maior, o Breve Catecismo*, 1ª ed. especial (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991).

⁵ Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Londres: Banner of Truth, 1958), 262-271 elabora a distinção entre o Pacto da Redenção e o Pacto da Graça, sendo o primeiro o pacto eterno, trinitário, e o segundo, o pacto entre Deus e os eleitos.

⁶ Meister, "Uma Breve Introdução," 120.

⁷ Meredith Kline, *Kingdom Prologue* (Toronto: ICS, 1983).

⁸ Um exemplo interessante encontra-se em J. Briend, R. Lebrun e E. Puech, *Tratados e Juramentos no Antigo Oriente Próximo* (São Paulo: Paulus, 1998), especificamente no capítulo V, "Tratado Egípcio-Hitita entre Ramsés II e Hattusili III," 57-69. Não só esse, mas muitos outros paralelos servem como ilustrações da forma que o homem adotou para estabelecer os limites de seus relacionamentos. Muitos estudiosos insistem em que as Escrituras simplesmente copiaram esse formato. Creio, no entanto, que essa forma de relacionamento nasce do fato de que o ser humano, desde o princípio, aprendeu a relacionar-se actualmente com o Criador, e continuou a fazê-lo mesmo depois da queda.

⁹ Van Groningen, *Família da Aliança*, 27-28.

¹⁰ Robertson também reconhece três áreas de relacionamento, dando, porém, nomes diferentes. Ver *O Cristo dos Pactos*. O livro de Timóteo Carriker, *Missão Integral* (São Paulo: Sepal, 1992), também trabalha com linhas semelhantes.

¹¹ *Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana*, 10ª ed. (São Paulo:

Casa Editora Presbiteriana, 1987), 63.

¹² Este artigo não trata da questão do desfrutar do trabalho com relação ao sábado. Para uma descrição desse aspecto, ver G. Van Groningen, "O Sábado no Antigo Testamento: Tempo para o Senhor, Tempo de Alegria Nele," *Fides Reformata* 3/2 (Jul-Dez 1998), 149-167, e a segunda parte do mesmo artigo, neste volume.

English abstract

In the first article on this subject the author presented an introduction to the doctrine of the covenants, its meaning and biblical basis (*Fides Reformata* 3/1). The present article follows the exposition of the first one, analyzing the continuity of the Covenant of Creation in the Covenant of Redemption. Meister explores the concept of the mandates in the Covenant of Creation (spiritual, social and cultural) and how they were continued under the Covenant of Redemption. The author works on the exegesis of Genesis 3, presenting an interpretation that justifies the aspects of continuity between the two covenants and how important it is for the Christian to understand the principles involved.